

SER FAMÍLIA

Virginia Mendes, lança programa destinado a vítimas de violência doméstica com medida protetiva



JUSTIÇA

Corte sob nova direção
Ministro Barroso assume presidência do STF

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

3 PODERES



EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO

Mato Grosso

ANO XXVII
EDIÇÃO Nº 79
AGOSTO/2023

DE OLHO NO LEÃO

Mato Grosso lidera debate sobre reforma tributária





No começo éramos uma loja pequena e modesta, mas com ideias e sonhos do tamanho do mundo.

Hoje somos referência no mercado e todos os dias desejamos viver no novo, sem esquecer o que nos trouxe até aqui.



ESTA É A NOSSA
HISTÓRIA, HÁ

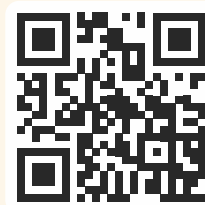


CASA  PRADO

Estar lado a lado com a
administração pública
e com você.

É isso que Conta

O TCE que fiscaliza e analisa as contas públicas também é o tribunal que está junto dos gestores, oferecendo capacitação e orientação em cada etapa do trabalho, sempre buscando a melhor aplicação dos recursos públicos. Afinal, dinheiro bem investido resulta em bons serviços e qualidade de vida para cada um de nós.



Aponte a sua câmera
e acompanhe cada etapa
do nosso trabalho.



Ouvir o cidadão

Você é parte fundamental
de todo esse processo.
Participe com a gente.



TCEMatoGrosso

tce
amt

Reforma Brasil!

A agenda da reforma tributária avança em Brasília, e repercute também nos Estados e municípios. Um fato que nos desperta atenção no campo político é a articulação mato-grossense no tocante à reforma.

Mato Grosso foi uma federação que mais liderou os debates relacionados ao fisco, especialmente, porque alguns artigos em tramitação podem impactar na arrecadação do Estado. E para debater sobre o assunto, o secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, é o entrevistado desta edição.

Também sobre os 3 Poderes, o destaque é que a Corte Suprema terá novo presidente. Quem assume a presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o próximo biênio 2023-2025 é o ministro Luís Roberto Barroso. A posse acontecerá será no dia 28 de setembro.

Boa leitura!



Hulda Rode, editora-geral

SUMÁRIO

www.3poderesmatogrosso.com.br

AGOSTO DE 2023 | EDIÇÃO 79

08 | ENTREVISTA

Secretário de Fazenda, **Rogério Gallo**, comenta que as mudanças discutidas no Congresso Nacional devem diminuir a receita de MT em R\$ 7 bilhões



06 | Opinião

José Ricardo Costa Marques Corbelino

06 | Desenvolvimento

06 | Executivo em Ação

06 | Legislativo em Movimento

06 | Direito, Justiça e Cidadania

06 | Defesa da Mulher

06 | Política

06 | Justiça

06 | Turismo

06 | Agronegócio



ANO XXVII | EDIÇÃO 79
AGOSTO / 2023

DIRETOR DE REDAÇÃO
JOÃO PEDRO MARQUES

EDITORA GERAL
Hulda Rode

EDITOR DE ARTE
MARCOS ANTONIO RAIMUNDO

ASSISTENTE DE MARKETING E ADMINISTRATIVO
Isabela Ramos

REVISÃO
AFRODITIA MARTIM

TEXTOS
Camilla Zeni, Daniele Danchura, Agência Brasil, Bruno Bocchini, Débora Siqueira, Guilherme Augusto, Lucas Rodrigues

FOTOGRAFIA
Mayke Toscano/Secom-MT, Lula Marques/Agência Brasil, Josi Dias, Sedec, Agência FPA

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNNEN GALITZKI

IMPRESSÃO:
Escreva
EDITORA E LIVRARIA

A REVISTA RDM 3 PODERES MATO GROSSO É UMA PUBLICAÇÃO



O GOVERNO DE MATO GROSSO TRABALHA FORTE E INVESTE PESADO PARA COMBATER AS QUEIMADAS E O DESMATAMENTO ILEGAL

Aqui é tolerância zero para quem comete esses crimes. A vigilância é feita por satélites de última geração, e nada vai passar despercebido. Tem multa pesada e embargo de propriedade.



**TOLERÂNCIA
ZER**



Denuncie:

0800 065 3838 e 193



**Governo de
Mato
Grosso**



O desafio da ressocialização do preso

A Lei de Execução Penal em seu artigo 1º dispõe: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

A meu ver, mencionada Lei é considerada uma das mais modernas do mundo, mas é inexecutável em muitos de seus dispositivos por falta de estrutura adequada ao cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas alternativas previstas. Aliás, são inúmeras as demonstrações de falência do sistema prisional pelo país, visto que os órgãos de comunicação diariamente noticiam problemas de superlotação atrelados a rebeliões, motins e fugas, que acabam por estampar de forma pública e notória a total ineficiência do Estado na recuperação e ressocialização do apenado dando mostras cabais do caos vivido pelo sistema penitenciário brasileiro.

A solução para que a ressocialização se efetive é uma política carcerária que garanta dignidade ao preso em todos os sentidos, desde a prática de atividade física até o acesso ao trabalho profissionalizante. É através da educação e da profissionalização do condenado que se tornará possível oferecer condições para o reingresso no mundo do trabalho e consequentemente no convívio social.

A pena sempre teve a finalidade de repressão, e adquire mais tarde, a de prevenção, consubstanciando-se em um longo processo histórico até alcançar seus moldes atuais, como pôde ser observado. Hodiernamente, a humanização das penas foi mais que necessária, foi querida pelos próprios homens.

A adequação do apenado ao retorno à sociedade ganha espaço em discussões, desde que a pena através da reclusão do infrator passou a ser um mal necessário. A própria legislação pátria, no artigo 59, caput, do Código Penal, traz a finalidade da pena como retribuição e prevenção, contendo esta última, a ressocialização daquele que cometeu um delito. Assim, fica evidente que modernamente atribui-se à sanção penal em geral e, especialmente à pena privativa de liberdade, finalidade tripla: reprimir, prevenir, e simultaneamente, ressocializar o indivíduo que praticou o delito, apontando o caminho de volta à vida social.

Não se trata de devolver simplesmente o mal causado pelo crime por um mal imposto pela pena, sendo apenas repressão. Através da pena cominada, há a intenção de dissuadir o infrator de novos desvios, ou seja, a prevenção especial, bem como aos demais sujeitos que cogitassem delinquir, concluindo-se em prevenção geral. Acima de tudo isso, se o crime indica seguramente a falta de adaptação social, a pena deve ser reeducadora, revestir-se da famosa ressocialização.

A ressocialização, porém, deve ser encarada não no sentido de reeducação do condenado para que este passe a se comportar de acordo com o que a classe detentora do poder deseja, mas sim como reinserção social, isto é, torna-se também finalidade da pena a criação de mecanismos e condições ideais para que o delinquente retorne ao convívio da sociedade sem traumas ou

sequelas que impeçam uma vida normal.

Sem tais condições, o resultado da aplicação da pena tem sido invariavelmente, previsível, qual seja o retorno à criminalidade (reincidência), fato este amplamente ventilado na fala do eminente Desembargador Orlando de Almeida Perri no evento realizado no TJMT, na presença da Ministra do STF.

Portanto, para o Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo de Mato Grosso (GMF/MT), o tripé da reinserção social constitui o trabalho, a educação e condições dignas no sistema prisional, assim como as oportunidades oferecidas para o processo de ressocialização, fato este de inegável participação e trabalho desenvolvido em parceria com o ilustre e estudioso Coordenador do GMF, Juiz Geraldo Fidelis por todo o Estado.

Do mesmo modo, não se pode falar em função social da pena, ou seja, na finalidade da sanção penal, eximindo-se da análise da função Estatal frente à reeducação do infrator. O Estado deve proteger os bens jurídicos, cabendo-lhe um papel pedagógico, de educar, atendendo as necessidades individuais e especiais de cada condenado.

Sem dúvida, o poder Estatal precisa de meios adequados para disciplinar atividade do preso que está sob sua guarda e responsabilidade, fazendo com que ele assimile regras comportamentais, alcançando a reeducação. A pena como função social, deve criar possibilidades de participação nos sistemas sociais. Este é o significado sociológico da função ressocializadora atribuída às penas privativas de liberdade, ou seja, a reinserção social do detento.

A par disso, a edição de 2023 do Mutirão Processual Penal foi lançada na última segunda-feira (24/7), pela Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Rosa Weber em nossa capital. A iniciativa nacional prevê a revisão de mais de 100 mil processos entre julho e agosto deste ano por todo o país. O diretor-tesoureiro da OAB Nacional, nosso colega Leonardo Campos, participou do lançamento representando o presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, e exaltou a realização do programa e o pioneirismo do Estado de Mato Grosso no tema.

Não há dúvida, que o Estado de Mato Grosso, através do Governador Mauro Mendes está construindo um dos melhores sistemas prisionais do país, com o reconhecimento do próprio CNJ.

Portanto, ressocializar é dar ao preso o suporte necessário para reintegrá-lo a sociedade, é buscar compreender os motivos que o levaram a praticar tais delitos, é dar a ele uma chance de mudar, de ter um futuro melhor independente daquilo que aconteceu no passado. Somente o trabalho, o estudo e condições dignas podem transformar os recuperandos em pessoas melhores.

Contem com a OAB-MT! ■

* José Ricardo Costa Marques Corbelino é advogado e membro efetivo da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

MT lidera debate sobre a reforma tributária

Secretário de Fazenda, Rogério Gallo, comenta que as mudanças discutidas no Congresso Nacional devem diminuir a receita de MT em R\$ 7 bilhões

O secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, afirmou que o Governo de Mato Grosso tem liderado os debates sobre a reforma tributária e articulado para reduzir o impacto das mudanças na arrecadação do Estado.

Gallo avaliou que, da forma como está sendo discutida no Congresso Nacional, a proposta deve reduzir em R\$ 7 bilhões a receita do Estado.

“Essa reforma vai afetar o futuro de todos os mato-grossenses, sobretudo aqueles que ainda não nasceram. Estamos falando das futuras gerações e dos próximos 50 anos do Estado, com uma perda de R\$ 7 bilhões. É muito relevante, porque isso diz respeito a capacidade do Estado se manter organizado como se encontra hoje e de investimento para se preparar para o futuro”, observou.

Conforme o secretário, Mato Grosso também busca a manutenção do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab) por, pelo menos, 20 anos, pois a extinção do fundo, aliada às mudanças tributárias, podem comprometer a infraestrutura do Estado.

“Imagina o Estado perder arrecadação com o principal imposto que nos sustenta, o ICMS, e ainda perder o Fethab, que é o que nos assegura a capacidade de investimento em infraestrutura. Seria mortal”, avaliou. Confira a entrevista na íntegra:

Secretário, o Governo de Mato Grosso se tornou referência nacional em várias frentes, sobretudo por

conta da recuperação fiscal do Estado, que possibilitou os investimentos que estão sendo feitos pelo governador Mauro Mendes, como a solução inovadora adotada para o caso da BR-163 de assumir a concessão da rodovia. O que foi feito pelo Governo para isso e que poderia ser replicado em outros Estados?

Inovação e responsabilidade. Responsabilidade, porque tivemos a coragem de enfrentar, naquele momento inicial, os dois grandes problemas que todo Estado e ente público tem, sendo um na receita pública e outro na despesa. Nós aprovamos uma lei de responsabilidade fiscal que combatia problemas relacionados ao crescimento da despesa, sobretudo da despesa obrigatória, com pessoal, fazendo com que ela tivesse uma trajetória mais comportada e que sobrasse espaço para que nós tivéssemos condição de fazer investimentos. Também fizemos o dever de casa de cortar benefícios fiscais que se assemelhavam mais a privilégios fiscais, alguns deles, inclusive, haviam sido vendidos, conforme já reconheceu um ex-governador do passado.

Então, nesse aspecto, foi responsabilidade e uma pitada de inovação, que foi fazer algo que nenhum outro governo tinha feito.

Nessa questão da lei de responsabilidade fiscal, fizemos de uma normativa inédita de proibição de um governo deixar aumentos salariais para serem implementados em outro governo, que foi o que aconteceu em 2014 e que foi a causa de todo o desequilíbrio fiscal de Mato Grosso, fazendo nós chegarmos em 2018 com quase 11 mil fornecedores sem receber há mais de seis meses, e servidores públicos

sem receber o 13º e com salário atrasado.

Então, colocamos de modo inédito essa regra, que depois, com a nossa experiência exitosa, acabou sendo copiada pelo governo federal e incluída na lei de responsabilidade fiscal federal, sendo, hoje, uma regra nacional. Nenhum gestor pode deixar despesas de pessoal para serem implementadas em outro mandato. Isso faz com que todos os gestores tenham responsabilidade.

Mato Grosso também tem sido referência nas discussões sobre a reforma tributária, que está em pauta no Congresso Nacional, ao apontar os impactos das mudanças para o Estado. Quais são as principais preocupações em relação ao texto e como essas mudanças podem afetar a população mato-grossense?

Essa reforma tributária vai afetar o futuro de todos os mato-grossenses, sobretudo aqueles que ainda não nasceram. Estamos falando das futuras gerações e dos próximos 50 anos do Estado.

O ICMS é o imposto principal que sustenta todos os serviços públicos do Estado, e, no nosso modelo atual, ele incide uma parte na produção, portanto, na origem do produto. Como somos um Estado fortemente produtor e com uma população pequena, vamos deixar de receber essa parcela de imposto, que vai passar a ser recebida pelo Estado de consumo dos bens que são produzidos aqui. Então, isso vai causar um impacto bastante grande. Estamos estimando algo em torno de R\$ 4 bilhões de perda de arrecadação de ICMS, além de mais R\$ 3 bilhões de perda do Fethab, porque, como desaparece o ICMS, desaparece também o Fethab. Ao todo, estamos falando de uma

**Secretário de
Fazenda de MT,
Rogério Gallo**



perda de R\$ 7 bilhões. É muito relevante, porque isso diz respeito a capacidade do Estado se manter organizado como se encontra hoje e de investimento para se preparar para o futuro.

Nós estamos muito articulados em relação a isso, e o governador Mauro Mendes tem liderado esse debate do ponto de vista da reforma tributária nacionalmente, trazendo números, luz para que a gente consiga estabelecer regras que assegurem uma transição suave em relação a essas perdas de arrecadação para estados com a característica que Mato Grosso tem, como Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rondônia, Amazonas.

Queremos uma transição bastante suave, alongada e que esse novo imposto seja partilhado de acordo com a participação atual de cada ente no ICMS. Quer dizer, nós teríamos o critério da arrecadação atual ainda permanecendo no novo imposto por mais um tempo, que a gente espera que seja em torno de 50 anos, até que a nossa economia possa reagir. Esse ponto é fundamental.

Além disso, queremos consolidar o Fethab pelo menos até 2043, conforme foi aprovado na Câmara dos Deputados. Precisamos de R\$ 43 bilhões para poder pavimentar ainda os 20 mil quilômetros de rodovias estaduais não pavimentadas. É muito dinheiro. Imagina o Estado perder a arrecadação do principal imposto que nos sustenta, o ICMS, e ainda perder o Fethab, que é o que nos assegura a capacidade de investimento em infraestrutura. Seria mortal para o Estado. Por isso queremos manter o Fethab até 2043, e, do ponto de vista da competitividade, termos ainda a manutenção, por um tempo, de um benefício fiscal também para a indústria.

Mato Grosso também tem atuado fortemente, por meio da Polícia Civil e da Sefaz, contra os crimes de sonegação fiscal. O senhor acredita que a reforma tributária pode contribuir para uma intensificação da ocorrência desses crimes?

É possível que sim. Na reforma tributária, toda nota fiscal de compra

“Essa reforma vai afetar o futuro de todos os mato-grossenses, sobretudo aqueles que ainda não nasceram. Estamos falando das futuras gerações e dos próximos 50 anos do Estado, com uma perda de R\$ 7 bilhões

de qualquer empresa e, conseqüentemente, de venda, vai gerar crédito. Então, isso de fato pode acontecer, porque, sobretudo num Estado exportador como o nosso, toda vez que você fizer uma exportação, todo o crédito das operações anteriores, o que foi recolhido de imposto e destacado nas notas fiscais que você comprou, você tem direito de ser devolvido. Então, se essas operações forem fraudulentas, essas empresas vão receber por algo que elas não pagaram. É como transformar essas notas fiscais num cheque sacado contra o Estado. Então, vamos ter que atuar com muita inteligência e coordenação com os órgãos policiais e de controle.

Mas nós temos uma medida, também na reforma tributária, para resolver isso, que deve ser considerada pelo Senado nessa votação, que é vincular a devolução do imposto ao pagamento do imposto na operação anterior. Então, só vou devolver se foi pago o imposto. Quer dizer, aí perde o sentido completamente da fraude. Porque ninguém vai pagar um imposto para depois pegar de volta. Não faz sentido. Então, a nossa proposta é exatamente essa. Não temos problema nenhum em devolver, e eu acho que é correto não exportar atributos, para que a gente tenha um aumento da nossa produção, para alcançarmos outros mercados e produzirmos emprego, gerar renda aqui no país e

em Mato Grosso, mas não dá para devolver algo que não foi pago. Então, é um ponto de preocupação e que a gente está endereçando na reforma tributária com a proposta. Os exportadores que tiverem conformidade, que forem diligentes, com certeza vão se interessar em verificar a conformidade de quem está fornecendo bens para ele, para que ele tenha certeza de que quando for exportar ele receba seu tributo de volta.

Uma forma que a Sefaz encontrou para evitar a sonegação foi o programa Nota MT, que incentiva o exercício da cidadania fiscal e, ao mesmo tempo, garante a arrecadação do Estado. Como o senhor avalia o andamento deste programa? Ele está cumprindo seu objetivo?

Sem dúvida. Todo programa de cidadania combate a sonegação fiscal, porque você leva à formalização de operações que estão ocorrendo na informalidade, sem o destaque da nota fiscal, e que vai gerar o controle por parte da Secretaria de Fazenda de que um imposto ali tem que ser pago. Porque em tudo que a gente compra tem imposto. Se você não pedir o documento fiscal, você dá uma oportunidade para aquela pessoa que está vendendo para você ficar com um imposto que seria do Estado e que beneficiaria toda a coletividade, porque você já pagou por ele. Então o consumidor, quando pede a nota fiscal, está exercendo um papel de cidadão, não preocupado consigo mesmo, mas com a coletividade, sobretudo com aquela coletividade que mais precisa do Estado, que precisa da saúde pública, do SUS, de escola pública, de creches, ou de programa de assistência social, de segurança pública, que não é um sistema barato. Então é fundamental o programa de cidadania fiscal no combate à sonegação fiscal.

Tem um aspecto, que também é muito importante, que diz respeito à concorrência. Quando você pede um documento fiscal para uma empresa, você está fazendo com que ela entre em um nível de competitividade de igual para igual com as demais que estão formais e fazem o seu papel de recolher seus impostos. Então também tem, ali, um objetivo de combate à concorrência desleal.

Fora isso tem todos os resultados que

esse programa dá para as pessoas, né? É um programa que já beneficiou mais de 100 entidades filantrópicas em todo o Estado de Mato Grosso, fazendo a diferença com as premiações a partir do engajamento dos cidadãos. Isso é muito legal e é um programa que eu tenho muito orgulho de ter liderado aqui na Secretaria de Fazenda, com o apoio de muitos colegas e servidores fazendários.


O Estado já tinha a preocupação de queda na arrecadação do ICMS após leis complementares federais estabelecerem novas regras de tributação do imposto. Como ficará essa questão com a reforma tributária?

Nós tivemos, no segundo semestre do ano passado, um impacto de cerca de R\$ 1,5 bilhão, R\$ 1,4 bilhão. Se não tivesse havido as Leis Complementares 192 e 194, nós teríamos arrecadado R\$ 1,4 bilhão a mais do que fechamos em 2022. E esses efeitos se projetaram também para o primeiro semestre de 2023. Nesse primeiro semestre, terminamos 2% abaixo do que arrecadamos no mesmo período do ano passado. Quer dizer, ainda estamos colhendo dos efeitos super danosos daquelas iniciativas do Congresso Nacional, que trouxe prejuízo ao Estado, mas também aos municípios.

Nós conseguimos fechar um acordo com a União, por meio do Supremo Tribunal Federal, e vamos receber, em contrapartida, R\$ 1 bilhão parcelado em três anos, ou seja, R\$ 400 milhões a menos do que o que perdemos. E vão ser R\$ 250 milhões repassados em 2023, R\$ 500 milhões em 2024 e R\$ 250 milhões em 2025. Quer dizer, a gente perde receita num período muito específico e a reposição é inferior e parcela.

Enfim, fica uma lição de que tem que se respeitar o federalismo. O que aconteceu no ano passado foi uma violência ao pacto federativo, uma violência com as contas públicas estaduais e municipais que não deve se repetir.

Mato Grosso foi reconhecidamente o líder nesse processo de redução de impostos em 2022. Já tínhamos reduzido para 17% as alíquotas da comunicação e da energia elétrica. A maioria dos estados, na energia elétrica, estava com 25%, e na comunicação estava com 30% de alíquotas.

 **É muito relevante, porque isso diz respeito a capacidade do Estado se manter organizado como se encontra hoje e de investimento para se preparar para o futuro**

ta. Nós começamos no janeiro de 2022 já fazendo aquilo que o Congresso Nacional faria para o país inteiro apenas em julho de 2022.

Mais no âmbito da Secretaria, a Sefaz realizou um concurso público para o cargo de fiscais de tributos e os resultados foram divulgados recentemente. Quantos candidatos deverão ser chamados em um primeiro momento e de que forma esse reforço de servidores auxilia a Sefaz?

A Secretaria de Fazenda já estava há 20 anos sem concurso para fiscal de tributos estaduais, então há uma carência enorme de oxigenação, de novos quadros em uma carreira tão importante quanto a de fiscal de tributos estaduais, que é responsável por garantir a realização da receita pública, que sustenta todas as políticas públicas. Então, esse concurso foi muito planejado, foi executado com muito esmero, com muito cuidado, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, e, passado todo o período de recursos e a homologação do resultado, a gente deve nomear 30 fiscais. Até o final do ano a gente espera que todos os 30 estejam devidamente nomeados.

É importante ressaltarmos aos concorrentes que cada vez mais vai ser neces-

sário conhecimento de dados, ciência de dados, tecnologia aplicável no dia a dia de qualquer fiscal. Já houve uma cobrança nas provas, conforme estava no edital, e esse perfil, o de fiscal de tributos, não vai ser mais monotemático, ou seja, conheço de Direito e terei uma grande chance de ser aprovado um concurso desse. Não, não mais. Fica o recado. Nós precisamos trabalhar com a ciência de dados, com tecnologia cada vez mais, porque a atividade não está tanto na rua e em livros fiscais, ela está online, na nuvem, com uma montanha de dados que tem que ser trabalhado, analisado para que a gente tenha assertividade na nossa fiscalização.

A Sefaz também tem adotado uma cultura de inovação, lançando novos serviços digitais e até uma assistente virtual para atendimentos relacionados ao IPVA. De que forma essas inovações podem auxiliar a secretaria a garantir mais eficiência nos seus serviços?

Transformação digital, essa é a palavra. Nós acabamos de criar um laboratório de inovação, e nosso objetivo é que nós tenhamos quase totalidade dos serviços digitais, sem necessidade de intervenção humana. Nós estamos nessa trajetória e ela é sem retorno. Hoje boa parte dos serviços da Sefaz já estão digitais, e o que nós queremos é que esses serviços sejam ainda mais intuitivos, mais acessíveis e fáceis para o cidadão conseguir acompanhar sua vida fiscal, seja com um tributo que a maioria recolhe, como o IPVA, ou seja mesmo quem tem uma empresa, que é MEI, microempresa ou um grande empresário, no caso do recolhimento do ICMS. O que nós queremos oferecer é aquilo que há um tempo atrás parecia inimaginável, como foi com os bancos, de você não precisar mais ir a uma agência bancária e não precisar mais ter dinheiro na mão, como hoje a gente já vive. Queremos essa experiência com os serviços fazendários absolutamente digitais e acessíveis na palma da mão. Essa é a nossa trajetória e a revolução silenciosa que nós estamos fazendo, e que eu tenho certeza que a cada dia vai se consolidar cada vez mais. ■

MT vai sediar evento para debater gestão de recursos públicos

Mato Grosso vai sediar o 22º Fórum Regional de Fortalecimento da Rede de Parcerias para debater a captação e gestão de recursos públicos transferidos pela União. O evento será realizado no dia 13 de setembro deste ano, em Cuiabá, e reunirá autoridades políticas e econômicas das esferas municipal, estadual e federal, além de colaboradores de órgãos e entidades públicas e privadas e Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Assessoria



Sinop começa a receber pacientes em novos leitos pediátricos

Os 30 novos leitos pediátricos do Hospital Regional de Sinop começaram a receber pacientes encaminhados via Sistema de Regulação (Sisreg) neste domingo (20.08). No local foram disponibilizados 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), 15 leitos em Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) e cinco leitos de retaguarda infantil. Dos 10 leitos de UTI, um está ocupado com um paciente regulado de Cuiabá. Os 15 leitos de UCI estão vagos e aguardam a regulação de pacientes. Já os outros cinco leitos de enfermaria pediátrica funcionam como retaguarda interna para o serviço do hospital.

Assessoria



Superintendência de Vigilância em Saúde é modernizada

O governador Mauro Mendes e o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, entregam a reforma geral e modernização da Superintendência de Vigilância em Saúde no dia 22 de agosto, em Cuiabá. A modernização possibilitará um ambiente de trabalho adequado e mais agilidade aos servidores que atuam na área da Vigilância do Estado. O prédio da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) recebeu investimentos na ordem de R\$ 10,4 milhões.

Divulgação





Divulgação

Mais obras na região Norte

O prefeito de Carlinda, **Fernando Ribeiro**, afirmou que a Região Norte de Mato Grosso nunca recebeu tantos investimentos quanto na gestão atual do Governo do Estado. O gestor ressaltou que os recursos são importantes para garantir a realização de obras que, sozinhos, os municípios não conseguiriam executar. “O governador **Mauro Mendes** faz uma gestão ímpar no Governo do

Estado. Ele foi e é o governador que mais realizou obras aqui no Nortão, e demonstra uma grande importância e consideração com os municípios da região. Com esses recursos, muitas obras têm acontecido. São investimentos que, quando vêm do Estado, contemplam obras que o município não teria condições de executar sozinho. Quem ganha é a população, sempre”, afirmou.



Assessoria

Pacientes com atrofia muscular espinhal passam a receber medicamentos pelo SUS

A Farmácia Estadual de Mato Grosso, gerida pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), realizou, no dia 18 de agosto, a primeira entrega do medicamento Risdiplam para paciente com Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo I e II pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O composto foi incorporado ao SUS recentemente pelo Ministério da Saúde e os pacientes com indicação médica poderão retirar o remédio gratuitamente na Farmácia Estadual. Antes, o medicamento era acessado somente via ação judicial ou adquirido de forma particular pelo valor aproximado de R\$ 70 mil.

Câmara Setorial Temática da CTIS debate agregação de valores aos produtos primários

A Câmara Setorial Temática (CST) para promover levantamentos técnicos, estudos, pesquisas, análises sobre a ciência, inovação, tecnologia e sustentabilidade na agricultura (CTIS - Agro) discutiu, durante a 7ª reunião ordinária, realizada no dia 21 de agosto, a agregação de valores aos produtos primários coprodutos e resíduos da agropecuária. O tema foi apresentado pelo coordenador do Eixo 4 da CST, o professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) **Adriano Buzutti de Siqueira**. O coordenador disse que a CST busca alternativas para melhorar o destino certo dos resíduos em Mato Grosso. Ele argumentou que a Câmara Setorial conseguiu trazer experientes profissionais e pesquisadores que contribuíram para o uso sustentável de biomassa.



Assessoria

TV Assembleia lança primeiro documentário com audiodescrição

O lançamento de “Casarões Cuiabanos - Identidade, Amor e História”, no dia 17 de agosto, contou com um grupo especial na plateia. Sete pessoas com deficiência participaram da exibição do documentário e puderam acompanhar cada detalhe do que era transmitido por meio da audiodescrição (AD), recurso de acessibilidade para que as pessoas com deficiência visual possam assistir e entender melhor, ouvindo o que pode ser visto, e da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além da exibição no Teatro Zulmira Canavarros, o documentário também terá uma versão com audiodescrição disponível no YouTube da TV Assembleia. Esse é o primeiro documentário da TV Assembleia com recurso de acessibilidade para pessoas cegas ou com baixa visão e vem para somar com um conjunto de iniciativas que vêm sendo implementadas pela Casa para ampliar a acessibilidade para todas as pessoas. As transmissões ao vivo das atividades parlamentares já contam com intérprete de Libras e a estrutura física do prédio está em adaptação para atender as exigências técnicas.



Divulgação

Instalada Frente Parlamentar do Comércio de Bens e Serviços

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) instalou, 18 de agosto, a Frente Parlamentar do Comércio de Bens e Serviços. A iniciativa é do deputado **Diego Guimarães** (Republicanos) e tem por objetivo discutir políticas públicas entre o Parlamento, o governo do estado e a classe empresarial de Mato Grosso. Para Guimarães, o comércio de bens de serviço desempenha um papel fundamental na vida das cidades e, automaticamente, na vida do estado. Segundo o deputado, Mato Grosso tem instituições importantes que representam o comércio, dentre elas, a Federação de Dirigentes Lojistas (FDL) de Mato Grosso, que comemorou, no dia 18 de agosto, 40 anos de fundação.



Assessoria



Divulgação

Frente parlamentar discute principais demandas de produtores de leite

Produtores de leite de Mato Grosso e representantes de associações e de entidades como a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) e o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) foram ouvidos, no dia 14 de agosto, durante reunião da Frente Parlamentar de Apoio ao Produtor de Leite da Assembleia Legislativa. O superintendente do Imea, Cleiton Gauer, apresentou um diagnóstico da cadeia leiteira de Mato Grosso, produzido a

partir de pesquisa qualitativa iniciada em 2022 e realizada com 2.506 produtores de leite, 24 indústrias de laticínio, 8 cooperativas e 7 estabelecimentos comerciais varejistas.

O coordenador-geral da Frente Parlamentar, deputado **Gilberto Cattani** (PL), reforçou o compromisso em dar continuidade às discussões para buscar uma solução para os problemas que afetam os produtores mato-grossenses e também chamou a atenção para o aumento nas importações de leite.

Comissão de Ética cria subcomissão para dar andamento às denúncias contra o deputado Cattani



Assessoria

Membros da Comissão de Ética da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) se reuniram, no 11 de agosto, e anunciaram a criação de uma subcomissão para dar andamento às denúncias realizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Mato Grosso (OAB-MT) e pela Defensoria Pública de Mato Grosso (DPMT) contra o deputado Gilberto Cattani (PL). A denúncia trata de suposta quebra de decoro do parlamentar. A subcomissão é formada pelos deputados Max Russi (PSB), relator; Elizeu Nascimento (PL) atua como revisor e Júlio Campos (União Brasil), como membro. A presidente da Comissão de Ética, deputada Janaina Riva (MDB), explicou que, após consulta à Procuradoria da Assembleia Legislativa, constatou que o regimento interno não permite que as instituições (OAB-MT e DPMT) apresentem denúncias formais contra os parlamentares.



MATO G



N

Quando você soma trabalho e eficiência, o resultado é um dos estados que mais crescem no país.



06 hospitais em construção



Mais de 2400 km de asfalto novo contratados



41 novas escolas em construção



Mais de **50 mil vagas em cursos** de capacitação



15 mil câmeras sendo instaladas em todo o estado



PROSSO IÃO PARA



Governo de
Mato
Grosso



LANÇAMENTO
SER FAMÍLIA



Mulheres protegidas

Primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, lança programa destinado a vítimas de violência doméstica com medida protetiva e em vulnerabilidade

Daniele Danchura

O Programa SER Família Mulher, lançado no dia 9 de agosto pela primeira-dama Virginia Mendes, é destinado às mulheres vítimas de violência doméstica em Mato Grosso e que tenham medidas protetivas, conforme previsto na Lei Federal nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), além de estarem em situação de vulnerabilidade social. Por meio do programa, cada

mulher atendida receberá um auxílio-moradia no valor de R\$ 600, que poderá ser cumulativo com outro cartão do SER Família.

Além do benefício financeiro, o Programa SER Família Mulher, sendo uma ação afirmativa do Governo do Estado, fortalece a rede de enfrentamento a violência contra a mulher de forma articulada, envolvendo setores como a saúde,

assistência social, segurança pública, sistema judiciário, e educação, além de parceria com os municípios.

As delegacias da Polícia Judiciária Civil (PJC) de Mato Grosso, que fazem os atendimentos às mulheres vítimas de violência doméstica, farão a identificação das vítimas e das condições de vulnerabilidade, bem como seleção e inclusão prioritária no Programa.

O DO PROGRAMA FAMÍLIA MULHER

Fotos: Mayke Toscano/Sacom-MT



Além do benefício financeiro, o Programa SER Família Mulher, sendo uma ação afirmativa do Governo do Estado, fortalece a rede de enfrentamento a violência contra a mulher de forma articulada

José Dias

As equipes da PJC irão preencher um formulário para a coleta das informações necessárias para a inserção das mulheres no Programa SER Família, e encaminharão os dados para a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), que irá validar as informações.

Após a validação da Setasc, os créditos serão inseridos e os cartões serão enviados para serem entregues às mulheres beneficiadas com o Programa. No município de Cuiabá, as entregas serão feitas pelas delegacias. Já no caso dos municípios do interior, os cartões serão enviados aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas)

O Programa SER Família Mulher atenderá cinco municípios de Mato Grosso, além de Cuiabá. São eles: Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço e Acorizal

ou aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

Inicialmente, o Programa SER Família Mulher atenderá cinco municípios de Mato Grosso, além de Cuiabá. São eles: Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço e Acorizal. Posteriormente, será estendido para todos os municípios do estado.

Para ter direito ao auxílio-moradia, será preciso que as mulheres em situação de violência cumpram os seguintes critérios: ter medida protetiva, preferencialmente acompanhada pela Patrulha Maria da Penha e atender os limites de renda de até um terço do salário mínimo. A prioridade será dada para mulheres que possuam filhos com idade entre zero e cinco anos.

As mulheres inseridas no Programa SER Mulher deverão ser inscritas em programas de qualificação para que possam ter a possibilidade de melhoria na renda familiar, sejam eles oferecidos pelo Governo do Estado ou mesmo pelos municípios.

Após a entrega dos cartões, será realizado o acompanhamento familiar das beneficiadas pela rede socioassistencial municipal, por meio dos Creas e Cras.

BENEFÍCIO

O benefício do auxílio-moradia do Programa SER Família Mulher é temporário e poderá ser concedido pelo prazo de até 12 meses, condicionado a validade da medida protetiva, podendo, se necessário, ser prorrogado por um período igual, com base em justificativa técnica.

O direito ao benefício também poderá ser revogado pela Setasc caso a medida protetiva seja retirada pela vítima; se a beneficiária voltar a conviver com o agressor; se for constatada desnecessidade de sua manutenção, bem como a inexistência ou descumprimento de qualquer das condições estabelecidas. Caso seja verificada a falsidade de qualquer declaração por parte da beneficiária, o benefício também será cancelado e o fato apurados conforme a legislação.

O valor do benefício não poderá ser sacado pela beneficiária. Ela poderá apenas utilizá-lo diretamente como auxílio-moradia. O cartão não é aceito em conveniências ou tabacarias. Caso seja identificado o uso para compra de bebidas alcoólicas e/ou cigarros, o benefício também será suspenso imediatamente.

O telefone para mais informações é o (65) 98433-0686. ■



Ministro Luís Roberto Barroso é eleito próximo presidente do STF

O ministro Edson Fachin assumirá a Vice-Presidência da Corte

Da Redação

Na sessão do dia 9 de agosto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) elegeu o ministro Luís Roberto Barroso para presidir a Corte e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no próximo biênio. Ele sucederá a ministra Rosa Weber. Na mesma eleição, o ministro Edson Fachin foi escolhido para assumir a Vice-Presidência do Tribunal. A posse

será no dia 28 de setembro.

De acordo com o Regimento Interno do STF, o Plenário deve eleger os novos dirigentes na segunda sessão ordinária do mês anterior ao do final do mandato do atual presidente. A votação seguiu a tradição de eleger o ministro mais antigo que ainda não tenha ocupado a Presidência.

Em nome do Tribunal, a ministra Rosa

Weber desejou aos dois uma gestão profícuca e com todo êxito.

“Eu sou abençoada por poder, hoje, anunciar a presidência do ministro Luís Roberto Barroso e do ministro Luiz Edson Fachin. Permito-me desejar aos dois uma gestão profícuca, muito feliz e com todo êxito, como tenho absoluta convicção de que será. Parabéns a ambos”, disse a ministra Rosa Weber.



Ministro Luiz Edson Fachin

Fotos: Divulgação

Ministro Luís Roberto Barroso

RESPONSABILIDADE

Ao agradecer a confiança dos colegas, o ministro Barroso disse que recebe a tarefa com imensa humildade e consciência do peso dessa responsabilidade.

“Eu recebo com imensa humildade essa tarefa que me é confiada e consciente do peso dessa responsabilidade. E eu pretendo dignificar a presidência e dignificar a cadeira que Vossa Excelência hoje ocupa. Eu gosto de dizer que a vida me deu a benção de servir ao Brasil sem ter nenhum outro interesse, sem ter nenhum outro propósito que não seja o de fazer um país melhor e maior. E, na medida do

possível, disseminar o bem e a justiça por todo o país. De modo que eu gostaria de dizer que eu conto com a colaboração fraterna de todos os colegas, porque não há gestão que possa ser bem-sucedida nem vitoriosa sem a colaboração de todos”, declarou Luís Roberto Barroso.

Barroso foi eleito por dez votos. Atualmente, vice-presidente do STF, ele será também o presidente do CNJ para o biênio 2023-2025

PRESIDENTE

Luís Roberto Barroso nasceu em Vassouras (RJ), em 11 de março de 1958. É doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor titular de Direito Constitucional na mesma universidade. Autor de diversos livros sobre Direito Constitucional e de inúmeros artigos publicados em revistas especializadas no Brasil e no exterior, ele também foi procurador do Estado do Rio de Janeiro.

O ministro integra o Supremo Tribunal Federal (STF) desde 26/6/2013, indicado pela então presidente Dilma Rousseff.

VICE-PRESIDENTE

Luiz Edson Fachin nasceu em 8 de fevereiro de 1958, em Rondinha (RS). É professor titular de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde se graduou em Direito. Tem mestrado e doutorado, também em Direito Civil, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e pós-doutorado no Canadá. Indicado pela presidente Dilma Rousseff, tomou posse no STF em 16/6/2015. ■

Novo PAC vai investir R\$ 60,6 bilhões em MT, incluindo Ferrogrão

Além da polêmica ferrovia, há a construção da BR-158, que contorna a Terra Indígena Maraiwatsédé

Agência Brasil

Com previsão total de R\$ 1,7 trilhão em investimentos públicos e privados, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado no dia 11 de agosto, em uma cerimônia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros.

Os principais objetivos do programa são gerar emprego e renda, reduzir desigualdades sociais e regionais e acelerar o crescimento econômico. Segundo o governo, as ações do programa estão comprometidas com a transição ecológica, a neointustrialização, o crescimento com inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

O programa destinará R\$ 60,6 bilhões para Mato Grosso, segundo o cronograma divulgado pelo Palácio do Planalto.

A principais obras são a construção da BR-158 - Contorno da Terra Indígena Maraiwatsédé -, no Nordeste do Estado; construção da BR-242, na região de Gaúcha do Norte - Santiago do Norte; e moradias do Minha Casa, Minha Vida.

O PAC incluiu, ainda, o projeto da Ferrogrão (plano de ferrovia que corta a Amazônia). A ligação ferroviária, que tem como objetivo escoar a produção de grãos do Centro-Oeste pelos rios amazônicos, é

alvo de críticas de especialistas por cortar a floresta ao meio.

O DINHEIRO

Do total de recursos para o novo PAC, R\$ 371 bilhões virão do Orçamento Geral da União. O setor privado entra com R\$ 612 bilhões. As empresas estatais vão aportar R\$ 343 bilhões, especialmente a Petrobras, e mais R\$ 362 bilhões virão de financiamentos. A previsão é que R\$ 1,4 trilhão sejam aplicados até 2026 e o restante após essa data.

GUARDA-CHUVA

O PAC é um programa do governo federal lançado em 2007 que engloba um conjunto de políticas econômicas, com o objetivo de acelerar o crescimento do país. A ideia do Governo é colocar todas essas obras em um mesmo guarda-chuva, criando um programa que seja uma vitrine para o Palácio do Planalto.

A reformulação do PAC é uma das principais bandeiras do governo Lula e vem sendo citada na maioria das falas públicas do presidente. Ao apresentar o Novo PAC, o presidente Lula disse que o papel do Programa é colocar a capacidade do estado a serviço dos sonhos da população brasileira. Ele garantiu que o Governo Federal assumiu o compromisso

Do total de recursos para o novo PAC, R\$ 371 bilhões virão do Orçamento Geral da União. O setor privado entra com R\$ 612 bilhões. As empresas estatais vão aportar R\$ 343 bilhões, especialmente a Petrobras, e mais R\$ 362 bilhões virão de financiamentos. A previsão é que R\$ 1,4 trilhão sejam aplicados até 2026 e o restante após essa data



Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, lançou o novo PAC no Rio de Janeiro, no dia 11 de agosto

Joédson Alves/Agência Brasil

moral de retomar a construção de obras paralisadas.

EIXOS DE ATUAÇÃO

O Novo PAC terá nove eixos de investimentos. Com R\$ 610 bilhões, o maior investimento previsto no Novo PAC é para o eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, que prevê a construção de novas moradias do Minha Casa, Minha Vida e o financiamento para aquisição de imóveis.

Também há previsão de investimentos na modernização da mobilidade urbana de forma sustentável, em urbanização de favelas, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e contenção de encostas e combate a enchentes.

O eixo Transição e Segurança Energética terá R\$ 540 bilhões para obras de expansão da capacidade de energia elétrica e aumento da capacidade de produção de derivados e de combustíveis de baixo carbono.

Segundo o governo, 80% do acréscimo da capacidade de energia elétrica virá de fontes renováveis. Os inves-

timentos em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias somam R\$ 349 bilhões, no eixo Transporte Eficiente e Sustentável. O objetivo é reduzir os custos da produção nacional para o mercado interno e elevar a competitividade do Brasil no exterior.

O Novo PAC incluiu novos eixos de atuação como a Inclusão digital e Conectividade, com investimento total de R\$ 28 bilhões. O objetivo é levar internet de alta velocidade a todas as escolas públicas e unidades de saúde. Além de expandir o 5G, o intuito é levar rede 4G a rodovias e regiões remotas.

O eixo Saúde terá investimento total de R\$ 31 bilhões, com a previsão de construção de novas unidades básicas de saúde, policlínicas, maternidades e compra de mais ambulâncias para melhorar o acesso a tratamento especializado.

Também há previsão de investimentos no complexo industrial de saúde, fortalecendo a oferta de vacinas e hemoderivados e também em telessaúde para aumentar a eficiência em todos os níveis

de atendimento à população.

Na Educação, a prioridade será a construção de creches, escolas de tempo integral e a modernização e expansão de institutos e universidades federais, com investimentos de R\$ 45 bilhões.

As ações de educação se somam às do eixo Infraestrutura Social e Inclusiva, que garantirá o acesso da população a espaços de cultura, esporte e lazer, apostando no convívio social e na redução da violência, com investimento de R\$ 2,4 bilhões.

Os investimentos em recursos hídricos, na revitalização das bacias hidrográficas em ações integradas de preservação, conservação e recuperação estão no eixo Água para Todos, com investimentos de R\$ 30 bilhões.

O objetivo é garantir água de qualidade e em quantidade para a população, chegando até as áreas mais remotas do país.

O eixo Defesa terá R\$ 53 bilhões em investimentos, para equipar o país com tecnologias de ponta e aumento da capacidade de defesa nacional. ■

Mauro Mendescita investimentos recordes, defende o agro e mais obras de infraestrutura

Governador de MT mencionou, durante um evento em São Paulo, que obras na infraestrutura tem impulsionado o setor; irrigação é nova aposta

Lucas Rodrigues

Durante a quarta edição do AgroForum, do BTG Pactual, no dia 17 de agosto, o governador Mauro Mendes citou os investimentos recordes do Governo de Mato Grosso, defendeu o agronegócio e mais obras para potencializar o setor, a exemplo da Ferrogrão.

Mauro participou do painel "Brasil: A Potência do Agronegócio", junto com os governadores Ronaldo Caiado (GO) e Tarcísio de Freitas (SP), no evento realizado na capital paulista.

De acordo com o governador, o Estado tem aplicado mais de 19% da receita em investimentos, em especial na infraestrutura.

"A falta de investimento público estava levando a infraestruturas precárias, pontes de madeiras e todas essas grandes dificuldades que chegam na porta de cada produtor e de cada cidadão. Nós conseguimos avançar muito porque terminamos o ano

de 2022 investindo 19,2% da receita, algo muito acima do que outros estados e até mesmo o Governo Federal historicamente investe", relatou.

Entre os investimentos, Mauro citou os 2500 km de asfalto novos já entregues e, mais recentemente, a concessão da BR-163, que foi assumida pelo Governo do Estado em uma solução considerada inédita no país.

"Essa foi uma concessão feita lá em 2013, e que colapsou. Conseguimos uma solução inédita construída no TCU e assumimos aquilo que o mercado não foi capaz de resolver, porque não era viável ao mercado. Mas o Estado não visa lucro objetivo, ele visa o lucro social, visa o lucro de toda a cadeia que vai ser beneficiada por essa infraestrutura e nós entramos e conseguimos fazer isso", relatou.

Para Mauro, é preciso destravar as obras de Infraestrutura voltadas ao escoamento da produção, em especial para Mato Grosso, que é o maior produ-



Mauro Mendes, governador de Mato Grosso participa do AgroForum

"A falta de investimento público estava levando a infraestruturas precárias, pontes de madeiras e todas essas grandes dificuldades que chegam na porta de cada produtor e de cada cidadão. Nós conseguimos avançar muito porque terminamos o ano de 2022 investindo 19,2% da receita, algo muito acima do que outros estados e até mesmo o Governo Federal historicamente investe", relatou o governador Mauro Mendes



Secom-MT

tor do país e uma das regiões mais produtoras do planeta - podendo chegar a 100 milhões de toneladas de produção neste ano.

Exemplo disso é a Ferrogrão, que agora foi incluída no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), mas que ainda sofre com burocracias administrativas e ambientais.

"Nesse país, nós temos dificuldades de fazer aquilo que é absolutamente óbvio. Essa ferrovia tem um grande mito em torno dela, que são problemas ambientais, terras indígenas, quando ela passa muito longe

dos povos originários, que moram em um bairro dentro da cidade, e não impacta em nada. Como podem dizer que isso vai afetar uma questão indígena e aí tentarem inviabilizar algo que é altamente competitivo, que é altamente importante para o setor mais importante da economia brasileira?", questionou.

O governador ainda citou a importância de investir em estratégias para o aumento da produtividade, frente às mudanças climáticas que já são realidade.

"Nós temos ainda um espaço

muito grande para crescer. Só o estado do Nebraska, nos EUA, usa mais áreas de irrigação do que todo o Brasil. Estamos estudando os potenciais de Mato Grosso na irrigação e podemos aumentar em três vezes a produtividade com o uso dessa técnica", pontuou.

Também acompanharam o governador no evento a primeira-dama Virginia Mendes, a secretária de Estado de Comunicação, Laice Souza, e o presidente do Conselho de Administração da Nova Rota do Oeste, Cidinho Santos. ■

Brecha da reforma para Estado criar imposto gera insegurança

Rodrigo Pacheco, presidente do Senado comentou sobre a polêmica Artigo 19 durante reunião com industriais em São Paulo

Bruno Bocchini

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticou, no dia 21 de agosto, a possibilidade – aberta pelo texto da reforma tributária aprovado na Câmara dos Deputados – de os Estados criarem novos impostos. Para Pacheco, o Artigo 19 do texto aprovado na Câmara gera um ambiente de “indefinição e de alguma insegurança” e precisará ser rediscutido no Senado, que agora aprecia a reforma.

“A polêmica do Artigo 19 na redação final é justamente porque se cria um ambiente de indefinição e de alguma insegurança, porque se o que se está a buscar com a reforma tributária é uma unificação tributária. Dentro de uma lógica nacional, de uma limitação de alíquota e imposto único, se você permite a algum ente federado alguma arrecadação extra, a partir de seus próprios critérios, isso gera realmente uma indefinição”, disse, após se reunir com industriais na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

O presidente do Senado ressaltou que compreende as circunstâncias em que o artigo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, “momento em que se precisava votar a reforma tributária, conciliar os interesses, assimilar todos os desejos”, mas que o tema será rediscutido pelos senadores e governadores.

“Se não houver um consenso de texto, naturalmente, a melhor forma de se solucionar é aquilo que se faz na política: a arte de escolher. Coloca para votação e vamos definir qual que é o entendimento da maioria dos senadores”, disse, após o encontro, que contou também com presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Pacheco voltou a afirmar que a previsão inicial é de que a reforma seja votada no Senado no dia 4 de outubro, coincidindo com o aniversário de 35 anos da Constituição Federal. Ele não descarta, no entanto, que a data poderá ser adiada. “Se houver a necessidade de alongar por alguns dias, ou por algumas semanas, não há

“A polêmica do Artigo 19 na redação final é justamente porque se cria um ambiente de indefinição e de alguma insegurança, porque se o que se está a buscar com a reforma tributária é uma unificação tributária”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG)



Artigo foi aprovado na Câmara e será rediscutido pelo Senado

problema algum. Nós precisamos ter segurança para poder votar e votar um texto que seja seguro, para que a sociedade brasileira tenha a compreensão do que exatamente se está votando”.

LIMITAÇÃO DO IVA A 25%

O presidente do Senado destacou ainda que não há nenhuma definição sobre a instituição de um teto de 25% no valor da alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado pela reforma. Pacheco afirmou que o relator da reforma no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), recomenda a limitação, mas ressaltou que o tema deverá ser objeto de discussão dos senadores.

“Seria recomendável na ótica dele [senador Eduardo Braga] que houves-

se um limite desde já imposto pela Constituição em relação à alíquota. Mas, obviamente, essa é uma consideração muito incipiente, ainda não decidida. E, evidentemente, isso vai ser objeto de muito e profundo diálogo”, disse Pacheco.

ISENÇÕES AO NORTE E NORDESTE

O presidente do Senado mencionou também sobre a manutenção dos incentivos fiscais a programas nas regiões Nordeste, especialmente à indústria automobilística, e Norte, como ocorre na Zona Franca de Manaus. De acordo com Pacheco, esse tema será tratado com base no conceito de que “igualdade é tratar desigualmente os desiguais, na medida dessa desigualdade”, e levando em considera-

ção os sacrifícios históricos impostos às regiões Norte e Nordeste do país e a concentração da riqueza no Sul e Sudeste.

“Aquilo que já está colocado, essa realidade que já se tem, desses incentivos, ela deve ser respeitada. Obviamente que ela não precisa ser eterna, mas ela precisa ser respeitada e, obviamente, dentro de um período muito considerável. E é por isso que nós vamos chamar todos os governadores da região Norte, da região Nordeste e vamos ouvi-los para entender o que que precisa ser feito”, disse.

Pacheco ressaltou que o Senado Federal tem maioria composta por parlamentares do Norte e do Nordeste, “de modo que esses projetos são projetos muito caros ao Senado Federal, porque eles expressam que é o entendimento da maioria”. ■

